

Ouro verde

Categories : [CBUC 2009](#)

A implementação efetiva das unidades de conservação da Amazônia, as já existentes ou em elaboração, podem render ao Brasil cerca de 40 bilhões de dólares e evitar que 4,8 bilhões de toneladas de carbono sejam lançadas na atmosfera. Esta é a conclusão do estudo lançado nesta quarta (23) pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em parceria com a não-governamental WWF e a Universidade Federal de Minas Gerais, durante o [6º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação](#), realizado desde o último domingo em Curitiba.

Para chegar a esta conclusão, pesquisadores das instituições envolvidas analisaram dados do desmatamento ocorrido entre 2002 e 2007, verificando as probabilidades históricas de supressão das matas em cada uma das 521 áreas protegidas existentes no bioma amazônico, incluindo áreas de proteção integral, uso sustentável, áreas militares e terras indígenas. Os resultados do trabalho indicam que as áreas protegidas são, de fato, inibidoras da degradação. “A probabilidade de ocorrer desmatamento nas zonas do entorno das áreas protegidas é em até dez vezes superior àquela do seu interior e cresce em direção às zonas mais distantes dos limites das áreas protegidas”, diz o documento.

Se forem consideradas somente as unidades de conservação criadas entre 2003 e 2007, sua efetivação representará redução das emissões na ordem de 3,3 bilhões de toneladas de carbono equivalente até 2050. Quando adicionado ao número de unidades já existentes os 127 mil quilômetros quadrados de unidades em processo de estabelecimento pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), do Ministério do Meio Ambiente, a redução salta para os 4,8 bilhões de toneladas de carbono que deixariam de ser lançados no ar.

Traduzida em valores monetários, esta redução representaria quatro vezes mais o custo de criação, manutenção e fiscalização das unidades de conservação na Amazônia, hoje orçado em 10 bilhões de dólares. “Isso poderia representar o valor do esforço da sociedade brasileira de se tomar a decisão de manter essas áreas protegidas na Amazônia”, diz Paulo Moutinho, pesquisador do Ipam e um dos autores do estudo. O lucro de 30 bilhões de dólares que seriam gerados nesse processo poderiam ser reinvestidos na criação de mais unidades e na manutenção das unidades existentes, defende o pesquisador.

A venda dos créditos de carbono pelo desmatamento evitado, conhecido internacionalmente como REDD (Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação), é muito mais eficiente que a arrecadação de recursos por doações dos países desenvolvidos, diz Moutinho. Isso porque doações dependem da boa vontade dos países e não são garantidas ao longo prazo. “A ameaça

da mudança climática muda nossa percepção sobre as unidades de conservação e as funções que elas têm. As florestas prestam serviços ambientais em uma escala muito grande”, diz.

Em síntese, o que o documento comprova é que “as áreas protegidas possuem um papel fundamental na redução do desmatamento em escala regional, derrubando a hipótese que o estabelecimento de áreas protegidas simplesmente redistribui o desmatamento sem diminuí-lo em termos absolutos”.

O documento “Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)” estará disponível em breve no site das entidades envolvidas em sua publicação.

Ouçã entrevista com Paulo Moutinho. Clique abaixo.

[Leia a cobertura completa do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação 2009](#)